

VIEIRA E OS CIRCUITOS DA EXPRESSÃO DA VERDADE



PONTA DELGADA
2010

Separata do livro
OS AÇORES NA ROTA DO PADRE ANTÓNIO VIEIRA
ACTAS DO COLÓQUIO

Ponta Delgada, 15 a 17 de Outubro de 2008

Vieira e os circuitos da expressão da verdade

JOSÉ LUÍS BRANDÃO DA LUZ
Universidade dos Açores

Vieira devotou a vida, de forma infatigável, à missão profética de conformar as consciências com a Palavra das Escrituras — as «sagradas fontes da verdade»¹. Certamente que o zelo apostólico que animava a sua pregação terá afastado do campo das preocupações mais directas o desenvolvimento dos temas na linha especulativa em que a filosofia tradicionalmente os debatia. Todavia, as posições que defende, no fulgor exortativo da sua oratória, não deixam passar despercebidas as suas concepções nos domínios moral, gnoseológico e metafísico, assim como o notável rigor lógico que imprimia à argumentação.

O vigor e a eloquência que sustentam os artifícios do discurso do Padre António Vieira, apostado em persuadir os ouvintes para as exigências e a elevação das suas causas, mobilizam sem disfarces opções filosóficas que denotam um profundo conhecimento da tradição e dos teólogos e exegetas seus contemporâneos. Neste contexto, não são negligenciadas questões inerentes ao problema da verdade, como a capacidade do espírito humano para a conhecer sem distorções. Também a coerência do discurso se apresenta decisiva para aquilatar até mesmo a veracidade da própria Palavra de Deus, sendo tomada como chancela certificadora da sua autenticidade quer ao nível do reconhecimento duma acção providencial no mundo, em que se pode acreditar na medida em que «sempre é semelhante a si mesma em casos semelhantes»², quer ao nível da visão profética que se constrói, por sucessivas inferências. Estas, por não perderem de vista «a primeira verdade dos fundamentos», crescem e ganham expressão, «frutificando, não em diverso, senão no mesmo corpo, como a árvore em suas raízes»³.

¹ *Clavis Prophetarum. Chave dos Profetas*, edição crítica de Arnaldo do Espírito Santo, Lisboa, Biblioteca Nacional, 2000, liv. III, p. 9.

² *História do Futuro*, em *Obras Escolhidas*, prefácios e notas de António Sérgio e Hernâni Cidade, Lisboa, Livraria Sá da Costa, 1953, v. IX, p. 112.

³ «Livro Antepreimeiro», em *História do Futuro*, introdução, actualização do texto e notas por Maria Leonor Carvalhão Buescu, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1982, p. 140.

Perante auditórios à partida predispostos a admitir, sem resistências, a autoridade que os textos sagrados possuem, Vieira não se deixa aquietar por este reconhecimento. Pelo contrário, debate-se até ao limite das forças que a razão humana pode suportar para lhes conferir inteligibilidade e os expurgar das contradições e omissões que a interpretação exegética tinha acumulado. A verdade continua a revelar-se de muitas maneiras, mesmo «depois de fechado o número dos livros e as escrituras sagradas»⁴, em sucessivas gerações de exegetas que a Igreja reconhece, mas também em diversas manifestações da história e fenómenos naturais, assim como nos oráculos do mundo pagão, como é o caso das Sibilas⁵, para além daqueles a quem Deus concede este carisma. É nesta sequência que Vieira se percebe como particularmente preparado e vocacionado para completar e clarificar o que outros antes dele trouxeram à luz do dia, esperando, desta forma, apresentar a sua visão do futuro da história a partir duma hermenêutica mais apurada dos textos, que possa assim «acrescentar com a nova luz deles nova evidência»⁶.

Vários estudos têm procurado analisar a consistência da obra de Vieira na concretização de tal propósito⁷. Não nos iremos ocupar do contexto histórico em que esta temática se apresenta, nem tão pouco do lugar que terá ocupado no debate da questão metafísico-teológica dos futuros contingentes ou da noção de verdade que a inspira. O nosso propósito limita-se apenas a procurar perceber como o tema da verdade esconde, na visão moralista de alguns sermões, a preocupação de alertar para as dificuldades que o discurso experimenta em traduzir, de forma adequada, uma significação susceptível de ser compreendida e comunicada. Pretendemos assim

⁴ *Ibidem*, p. 143.

⁵ Cf. *História do Futuro*, pp. 128 e segs.

⁶ *Ibidem*, p. 68.

⁷ A confluência de contextos que condiciona as posições hermenêuticas da obra messiânica de Vieira tem vindo a ser aprofundada por vários autores. Destacamos a este propósito os trabalhos sobre a sua concepção de verdade, designadamente, o horizonte histórico ou a dimensão temporal e progressiva do conhecimento, que o coloca no limiar da Modernidade ou no seu interior, da autoria de Leonel Ribeiro dos Santos «Vieira e a hermenêutica Barroca», em *Melancolia e Apocalipse. Estudos sobre o Pensamento Português e Brasileiro*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2008, p. 55-105; Manuel Cândido Pimentel, «Literatura visionária e filosofia profética — Ensaio sobre a *História do Futuro* de Padre António Vieira», em Cassiano Reimão e Manuel Cândido Pimentel (org.), *Os Longos Caminhos do Ser. Homenagem a Manuel Barbosa da Costa Freitas*, Lisboa, Universidade Católica Editora, 2003, pp. 493-505. Sobre a singular relação do contacto directo dos profetas com a existência do futuro, que assim confere consistência ao anúncio da profecia, cf. Fernando Gil, «O advento do Quinto Império e a profecia bíblica», em Margarida Vieira Mendes, Maria Lucília Pires e José da Costa Miranda (org.), *Vieira Escritor*, Lisboa, Edições Cosmos, 1997, pp. 275-288; *Idem*, *Tratado da Evidência*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1996, pp. 33-36.

chamar a atenção para os constrangimentos, de que o próprio Vieira se apercebe, para fundar a veracidade do conhecimento numa relação do sujeito com as suas experiências mais directas e para as dificuldades de todo o discurso para se exprimir com verdade. A capacidade de conhecer encontra-se condicionada pela inevitável mediação, não só dos órgãos sensoriais, mas também das inclinações do coração que guiam o nosso olhar.

Verdade do agir

O tema da verdade reveste uma abordagem particularmente engenhosa num sermão que o Padre António Vieira pregou na Igreja da Misericórdia da Baía, em 1637, por ocasião de uma cerimónia litúrgica que ficou conhecida por «Enterro dos ossos dos enforcados». Os despojos que eram honrados com a solenidade das exéquias que então se celebravam haviam já pago com o suplício do cadafalso «o que mereciam os seus delitos»⁸. A justiça, que os condenou em vida ao castigo mais violento e infame, foi o instrumento do restabelecimento da paz na cidade, que no dizer de Santo Agostinho é a «concordia ordenada dos cidadãos no mando e na obediência»⁹. Todavia, aquela cerimónia fúnebre cumpria também o nobre ritual de restituir aos restos mortais dos que haviam sido justicados «o que se deve à humanidade». Por outras palavras, cumpria o piedoso dever de lhes conceder a honra duma «Eclesiástica sepultura». A justiça que os condenou em vida à afronta da maior ignomínia não impediu que aqueles despojos de gente quase anónima fossem, da parte dos que ali se reuniam, alvo da misericórdia, na sua expressão mais genuína.

É no contexto deste cenário que o sermão interroga a autenticidade dos actos de misericórdia que as pessoas praticam, designadamente os de dar sepultura cristã aos mortos. O que há de verdade nesse culto, que muitas vezes parece ditado por sentimentos de conveniência social para com os vivos? A resposta leva a uma meditação sobre a verdade, que, na visão do pregador, como se sabe, só poderá ser colhida no que as Sagradas Escrituras ensinam. Esta convicção, que a fé sustenta, procura, no entanto,

⁸ Os textos referidos neste subtítulo reportam-se ao «Sermão ao Enterro dos Ossos dos Enforcados», em *Sermões*, Obras Completas do Padre António Vieira, Lisboa, Livraria Chardron, 1908, v. XIV, pp. 91-114. Utilizamos a versão que o Professor Arnaldo do Espírito Santo teve a gentileza de pôr à nossa disposição, e que se destina a ser incluída num dos tomos dos *Sermões* do Padre António Vieira, na edição em curso do CEFi e INCM.

⁹ *A Cidade de Deus*, tradução, prefácio, nota biográfica e transcrições de J. Dias Pereira, 2.^a ed., Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2000, v. III, liv. XIX, c. XIII, p. 1915.

robustecer-se nos sinais que a história apresenta. Os sucessos da história e as ocorrências naturais, mesmo as mais devastadoras, ocultam significações que a eloquência do pregador procura pôr em evidência. Os desígnios insondáveis da providência mostram-se no tempo e são eles que, por assim dizer, conferem espessura a todos os acontecimentos. O divino manifesta-se nas mais insignificantes e nas mais espectaculares ocorrências, mas furta-se ao nosso olhar, exigindo um esforço de leitura que ponha a descoberto o sentido que elas escondem.

A atitude de Vieira perante os sinais da história é a de recusar compreendê-los como meros sucessos casuais, vazios de qualquer intencionalidade, e, simultaneamente, a de procurar considerá-los «uma forma eficaz de mover o homem e dispô-lo à acção cristã»¹⁰. Em lugar de constituírem pretexto para uma especulação teológica, obscura e distante do seu múnus de missionário, eles servem os intuitos proféticos de Vieira para mostrar a presença de Deus a conduzir a história, na linha da salvação, e estimular a vontade dos ouvintes a refazerem os seus propósitos, na direcção da vontade divina. A atenção do pregador brota do seu zelo apostólico e orienta-se para os sinais que nos acontecimentos podem confirmar ou provar as certezas que a fé lhe revela. A sua preocupação, confessa no Sermão de S. Roque, pregado na Capela Real, em 1644, por ocasião do aniversário do Príncipe D. Afonso, é a de fazer a leitura dos acontecimentos que marcam a vida dos homens à luz da palavra revelada: «Não sou de fazer mistérios dos acasos; mas folgo de fazer doutrina da ocasião»¹¹, diz judiciosamente Vieira, ao procurar vislumbrar a razão oculta de tudo o que acontece.

Compreende-se, assim, a evocação que Vieira faz, no sermão a que aludimos no início, à desoladora destruição da Vila da Praia, devastada pelo terramoto que assolou a ilha Terceira, em 1614. Os planos providenciais de Deus manifestaram-se no meio da medonha destruição, que mostrou ser um reduto inexpugnável da Verdade. O violento sismo, que uma descrição da época diz ter arrasado a Praia, «sin quedar ni un paredon en pie»¹², provocou tão «espantoso estrago en quanto se pudo resar un credo», estimativa que aparece duplicada em outra descrição da época que, em forma de romance, analisa também a devastação provocada em toda a extensão

¹⁰ Alcir Pécora, «Lugar retórico do mistério em Vieira», em Margarida Vieira Mendes, Maria Lucília Pires e José da Costa Miranda (org.), *Vieira Escritor*, p. 157.

¹¹ «Sermão de S. Roque», em *Sermões*, Obras Completas do Padre António Vieira, Lisboa, Livraria Chardron, 1908, v. VIII, p. 56.

¹² Carta de Juan de Tavares a Gaspar Lopes de Setúbal, em *Arquivo dos Açores*, Ponta Delgada, 1980, «Vulcanismo nos Açores. Ano de 1614. Terramoto na Ilha Terceira», v. II, p. 278.

da Vila por tão grande estremecimento que a «arruynó por los cimientos que al cielo dieram la buelta»¹³.

Na visão do ilustre pregador, porém, o desolador cenário que tão grande calamidade provocou foi, diz ele, «muito mais notável, pelo que deixou de pé, que pelo que derrubou. Unicamente ficaram inteiras, e sem lesão estas três partes ou peças daquele Povo: a Cadeia pública, a Casa da Misericórdia, e o Púlpito da Igreja maior». E em desmedida exaltação declamatória, invoca a providência Divina, que mesmo nos acontecimentos mais inesperados dá um sinal evidente da sua constante presença, pois, conclui, «todos os que as viram, o notaram, e reconheceram logo. No Cárcere o reconheceram a justiça, no Hospital a misericórdia, e no Púlpito a verdade»¹⁴. Três predicados que se ligam entre si, mas é a verdade que confere autenticidade aos outros dois.

A justiça é o fundamento da paz na medida em que permite restabelecer entre os homens o que a cada um é devido, ou seja, a «tranquilidade da ordem» que, na passagem atrás aludida, Santo Agostinho diz ser «a disposição dos seres iguais e desiguais que distribui a cada um os seus lugares». Para Vieira, a paz é uma consequência da justiça, e não o contrário, como foi exemplarmente ilustrado no episódio bíblico do ramo de oliveira que a pomba transportou para a Arca de Noé, após o dilúvio — «o maior exemplo de justiça que viu o mundo». Entre a misericórdia e a verdade tem lugar a mesma interação, pois somente a união e a harmonia de ambas conferem solidez a todos os actos virtuosos. A verdade torna virtuosas as iniciativas de paz e as acções humanas. O pregador adverte: «Nem tudo o que parece misericórdia, é misericórdia, e verdade. Há misericórdias, que são misericórdias, e mentiras. Parecem misericórdias, e são respeitos: parecem

¹³ Romance do Alferes Francisco de Segura dirigido a Balthasar de Monreal, *ibidem*, p. 383.

¹⁴ Frei Diogo das Chagas, que nesse ano de 1614 cursava artes na cidade de Angra, teria tido, muito provavelmente, conhecimento directo da destruição que o terramoto provocou na Vila da Praia. A descrição que fez dos estragos realça a singularidade dos púlpitos que resistiram à derrocada dos templos, conferindo assim base factual à evocação de Vieira, pelo menos neste particular, nos termos que passamos a transcrever: «Não foi menos (antes muito maior) castigo os tremores do anno de 1614, porque alem de atemorizarem, e ameaçarem toda a Ilha, carregarão de modo sobre a jurdição da Praya, porque em 24 de Mayo deu hum tal abalalo a Ilha, que todos os edificios e Templos uierão ao chão deixando a Villa, e mais Pouações, feita húa tal pedreira, que não se uia rua, mais em particular, aonde as cazas erão continuas; húa couza notei neste castigo, mui misteriosa, e foi, que em todas as igrejas que auia Pulpito caindo todas as naues ate a terra, a nau e ou parede em que estaua o Púlpito não cahio mais, que delle pera cima, de modo que em todas ellas ficaram todos os Pulpitos em Pé, no que parece quis deus Nosso Senhor mostrar, que os castigara por seus peccados, por não se emmendarem, como os Pregadores daquella lhes tinham pregado» (Frei Diogo das Chagas, *Espelho Cristalino em Jardim de Várias Flores*, direcção e prefácio de Artur Teodoro de Matos, Ponta Delgada, SREC e Universidade dos Açores, 1989, p. 276).

misericórdias, e são interesses: parecem misericórdias, e são outros afectos tão contrários desta virtude, como de todas». E de seguida exemplifica com diversos episódios bíblicos, como a censura que Judas dirige a Maria, irmã de Lázaro, por desperdiçar um perfume de «alto preço» a ungir os pés de Jesus. Porque não vendê-lo para que revertesse a favor dos pobres? Também a generosidade do faraó e dos egípcios em socorrerem Abraão, quando este se exilou da sua pátria, «enchendo-o de muitos campos, muitos gados, muitos escravos», carece de autenticidade. Nenhuma destas atitudes releva dum «impulso, e afecto de misericórdia», mas, pelo contrário, escondem ou disfarçam outros intuitos não confessados. Os egípcios não se aproximavam de Abraão por piedade para com o seu desamparo em terra estranha, mas por causa da beleza de Sara, sua mulher. Da mesma forma, Judas só na aparência se interessava pelos pobres, pois o que o movia «era cobiça em hábito de piedade, era ladroice com reбуço de misericórdia». A cobiça e a lascívia vestiam, dissimuladas, a roupagem da misericórdia.

A indissociável união da misericórdia com a verdade constitui a formulação mais expressiva que o salmista utiliza para revelar a natureza de Deus. Entre todos os seus atributos, como a justiça, a sabedoria, a onipotência, a imensidade, é a íntima relação da misericórdia e da verdade que constitui a forma de eleição de apresentar o nome de Deus acima de todos os nomes. Mas o correlato humano da indissociável unidade destes atributos divinos encontra-o Vieira precisamente naquela liturgia, na Igreja da Misericórdia da Baía, em que, «com tão longo, e tão ilustre acompanhamento, com tanta pompa de luzes, com tanta majestade de insígnias, com tanto aparato, e riqueza de túmulos, com tanto concerto, e harmonia de cerimónias sagradas, de Ministros, de Sufrágios, e de Ofícios Eclesiásticos», se concedia aos restos mortais de desconhecidos as honras duma sepultura religiosa. Trata-se de um acto perfeitamente gratuito e isento de «mistura algũa de outro afecto, ou respeito».

Muitas vezes assim não acontece, «são servidos, e honrados os mortos, não por si, mas por respeito dos vivos. E isto não é misericórdia, e verdade, senão hipocrisia, e mentira sem misericórdia». Como é frequente nas mortes e funerais das grandes personalidades em que as cerimónias não são movidas «por piedade dos mortos», mas não passam de simples «lisonjas» para com os vivos. Esta singularidade não passou despercebida ao Evangelista S. Lucas, na descrição que faz do funeral do filho único de uma mãe viúva, que havia de ser ressuscitado por Cristo, em Naim, e em que uma grande multidão acompanhava a mãe inconsolável. Vieira chama a atenção para os termos exactos da descrição: «Não diz o Evangelista que os que

acompanhavam o defunto, iam com ele, senão com ela». Se, pelo contrário, fosse a mãe a defunta, o acompanhamento havia de ir com o filho, pois «os obséquios, aos vivos é que se fazem, e não aos mortos». E todas as lamentações e responsos tão sentidos não se dirigiam ao defunto que ia a enterrar, mas aos vivos que ficavam. Por isso Vieira denuncia a falta de verdade da atitude dos que acompanhavam a viúva de Naim, pois «eles não iam com quem ia, iam com quem ficava».

O *Génesis*, por sua vez, relata a diferença de tratamento que os Judeus no Egipto deram aos funerais de Jacob e, mais tarde, ao de seu filho José. Por ocasião da morte do primeiro monarca, foram grandes, prolongadas e muito participadas as manifestações de dor que envolveram as cerimónias fúnebres. Porém, a descrição que a Escritura regista da morte de José em nada se assemelha ao esplendor e grandiosidade que envolveram as cerimónias fúnebres de seu pai¹⁵. Os funerais de Jacob fizeram-se para agradar a José, mas quando este morreu, não deixou ninguém que o povo respeitasse ou de quem viesse a depender, pelo que não houve lugar a exéquias para ele, que aliás já as tinha tido em vida, por morte de seu pai. As lamentações não eram dirigidas ao que morria, mas tinham como destinatário o que vivia: «Saíam as lágrimas dos seus olhos, para que as vissem os de Joseph; e não as exprimia a dor, ou a saudade, senão a dependência, e lisonja, como lágrimas de figuras pintadas, que assi como se rim sem alegria, também choram sem tristeza».

Todas estas situações, que as Escrituras relatam e a experiência de cada um também pode confirmar, não apresentam nenhum paralelo com o cerimonial a que o sermão se reportava. Este era, certamente, «sem controvérsia nem réplica», um «acto puramente de misericórdia, e de verdade, porque é misericórdia exercida com mortos, em quem não cabe dependência, nem lisonja de vivos». Não será de supor haver alguém que queira fazer passar-se por parente de um enforcado, a maior ignomínia que se poderá sofrer. Por isso é que «os vivos destes mortos não podem ser adulados, nem lisonjeados neles; envergonhados e afrontados, si. Antes a maior honra, e graça que se pode usar com os tais, é dissimular-lhe o sangue, e encobrir-lhe o parentesco». O acto de dar sepultura aos defuntos de forma desinteressada, «sem dependência de vivos», reveste plena autenticidade, nele confluindo a misericórdia e a verdade. Por isso, Jesus enalteceu a atitude de Maria, irmã de Lázaro, de lhe perfumar os pés, situando este gesto no contexto antecedido da sua morte. Maria não o ungiu como vivo,

¹⁵ Cf. *Génesis*, 49, 29-50, 26.

mas como morto, o que a isentava das insinuações caluniosas, segundo o pregador, que a censura de Judas fazia transparecer: «Se fora obséquio feito a Cristo vivo, pudera arguir a especulação, e suspeitar a malícia, ou murmurar, e caluniar algum defeito aparente, que quando menos o pusesse em dúvida; mas como era obra de misericórdia, exercida com um corpo morto, e para lhe dar sepultura, irrefragavelmente ficou demonstrado que era verdadeira, pura misericórdia, ou falando nos termos, que era misericórdia, e verdade». Em relação aos mortos, particularmente aos que foram supliciados, pela forca ou pela cruz, não há respeitos humanos que possam «viciar a pureza e falsificar a verdade das obras de misericórdia».

O argumento que o Padre António Vieira desenvolve no sermão permite concluir que as acções humanas não podem ser valorizadas pelas vantagens que as possam recompensar, como dar esmolas aos necessitados, com a expectativa de que Deus acrescente a fortuna, ou cuidar dos pais na sua velhice, para que Deus conceda, em troca, a longevidade. Estes são actos de misericórdia, sem verdade, porque a fortuna, a vida e outros benefícios que o nosso agir possa atrair estão atingidos da transitoriedade que afecta todas as coisas deste mundo. Só o que é intemporal poderá satisfazer com verdade a acção humana, que é, nesta vida, a graça de Deus, e, na outra, a sua glória. Encarada nos limites das motivações que a mobilizam ou das razões que a explicam, a acção humana fica reduzida ao universo das causas que interferem directamente na sua produção. Será pela articulação com o projecto integrador da existência que a acção humana rompe os circuitos limitados, que as categorias conceptuais da razão discursiva tem disponíveis para a compreender, e alcança um universo de totalidade que a poderá realizar incondicionalmente, isto é, de forma plenamente livre e gratuita.

As inclinações do coração

O tema da verdade tem vindo a ser abordado na óptica da rectidão da conduta, que se pretende orientada por um projecto de vida de aperfeiçoamento próprio, que cada uma deverá ter a aspiração de realizar. Mas, para além desta visão, eminentemente moral, o tema da verdade aparece também envolvido numa atmosfera de natureza gnoseológica, em que o pregador não esquece as questões teóricas da nossa capacidade de perceber com fidelidade o que as coisas são em si mesmas. Será importante averiguar em que termos a realidade nos é acessível, pois, no esclarecimento desta questão, joga-se de algum modo o domínio da nossa situação no mundo, ou seja, a nossa capacidade de o compreender pelo pensamento

e de o exprimir pela linguagem, não como uma simples ficção, mas na verdade do que na realidade é. As informações que os sentidos transmitem traduzem uma realidade totalmente transparente ou, pelo contrário, elas indicam a presença de alguma coisa de que nos aproximamos por meio do que a nossa capacidade interpretativa consegue alcançar? Como se exerce o nosso poder nas coisas para as tornar inteligíveis? Somos capazes de exprimir com verdade as informações que os sentidos nos transmitem pela vista, pelo ouvido e pelos demais órgãos sensoriais? Será o espírito aquela capacidade para ser todas as coisas, como ensinava Aristóteles, e assim, nas afirmações que pronuncia, dar expressão adequada à realidade a que se refere? Ou, pelo contrário, a expressão do pensamento, que os enunciados verbais fazem transparecer, longe de transmitir uma duplicação da realidade, que de algum modo torna presente ao sujeito, envolve-a numa grelha de leitura, nem sempre coincidente com a realidade apresentada?

Descartes, que debatia, na época, com particular dramatismo, esta questão da assimetria que poderá existir entre as ideias que os sentidos transmitem e o que nos objectos dá origem a essas representações, decide-se a favor da mais-valia que a razão, através dos planos que desenha, é capaz de conferir à realidade. A ideia que se forma na nossa mente quando um som alcança os ouvidos, nada tem de semelhante com o processo de locução que a produz: abrir e fechar a boca, revolver a língua, etc. A assimetria de que padece a nossa expressão do mundo é comparável à forma como se desenhavam os corpos na superfície plana duma tela para representar paisagens, batalhas, tempestades, etc. Embora diferente das formas que a realidade apresenta, é a que melhor a exprime. Um corpo ganha no quadro mais relevo ou profundidade se a pintura segue as regras da perspectiva, segundo as quais se representa melhor, escreve na *Dióptrica*, «os círculos por ovais do que por outros círculos; e os quadrados por losangos do que por outros quadrados; e da mesma forma todas as outras figuras»¹⁶.

Também Vieira discute a deturpação que as nossas representações provocam na tradução da realidade que se propõem reproduzir, procurando explicá-la por via das interferências que a mediação do sujeito inevitavelmente provoca na expressão do objecto a que pretende referir-se. O primeiro nível da sua explicação situa-se no próprio órgão sensorial de captação da realidade, designadamente, o ouvido, cuja natureza é responsável por uma inevitável distorção da realidade que torna as pessoas incapazes de reproduzirem com fidelidade o que ouvem. Com efeito, argu-

¹⁶ R. Descartes, *Oeuvres*, edição de Charles Adam e Paul Tannery, nova edição, Paris, Vrin, 1996, VI, p. 113.

menta Vieira: «Cada ouvido é um caracol, e de matéria que tem sua dureza. E como as palavras entram passadas pelo oco deste parafuso, não é muito que quando saem pela boca, saíam torcidas»¹⁷. É, por isso, errado dizer-se que quem diz o que ouve não mente: entre o ouvir e o dizer interpõem-se novas intencionalidades que mudam o sentido das palavras que escutamos.

Vieira encontra no Evangelho de S. João a exemplificação dessa dissonância entre o que se ouve e o que se diz. Quando à pergunta de Pedro, do que acontecerá a João, Cristo responde «quero que fique assim», os Apóstolos entenderam que João não haveria de morrer. A deturpação mereceu o reparo do Evangelista, porém, pergunta o pregador: «se Cristo o não disse, como o disseram os Apóstolos? Eles é certo que não quiseram dizer uma coisa por outra; mas desde a boca aos ouvidos são tantas as voltas que dão as palavras, ou no que soam, ou no que significam, que o que na boca de Cristo é ficar, nos ouvidos dos Apóstolos é não morrer». Se isto aconteceu com os Apóstolos, como não acontecerá quando os ouvidos são do comum das pessoas, como os nossos? Assim, interpelando o torpor das consciências dos que o ouviam, exorta-os a procederem a uma revisão de vida, lembrando-lhes: «Quantas vezes vos disseram uma coisa e percebestes outra? Quantas vezes ouvís o que não ouvís? Quantas vezes entre a boca do outro e os nossos ouvidos ficou a honra alheia pendurada por um fio? E queira Deus que não ficasse enforcada».

Mas as razões que explicam esta dissonância entre o ouvir e o dizer não se situam apenas a um nível meramente orgânico ou sensorial, elas remetem para uma instância mais profunda de teor hermenêutico, já aduzida anteriormente, que será a responsável pela diversidade de leituras que as impressões sensoriais provocam. É que, adverte Vieira, «Os que ouvem, são os ouvidos; mas os que ouvem bem, ou mal, são os corações. Tudo o que entra pelo ouvido, faz eco no coração; e conforme está disposto o coração, assim se formam os ecos». Os canais por onde circula a informação vão ter ao coração, onde se configura os dados recebidos. Tal como o metal derretido, consoante o molde onde é vertido, recebe a configuração formosa de um santo ou a figura contorcida do Diabo, assim também acontece com o que ouvimos, que é percebido ou interpretado consoante o coração está bem ou mal formado: «Cada um ouve conforme o seu coração e a sua inclinação. Deus nos livre de um coração mal inclinado», como é o coração dos

¹⁷ Os textos referidos neste subtítulo reportam-se ao «Sermão da Quinta Domingo da Quaresma», em *Sermões*, Obras Completas do Padre António Vieira, Lisboa, Livraria Chardron, 1907, v. IV, pp. 143-166.

escribas e fariseus que diziam estar Cristo possuído pelo Demônio quando o ouviram declarar ser filho de Deus. As palavras eram divinas, mas as formas que as receberam eram de um coração inclinado para as obras do Diabo.

Dos ouvidos até à boca, as palavras saem «torcidas, e retorcidas», por obra de corações mal intencionados que constroem a mentira a partir da distorção do sentido que as palavras pronunciadas transportam. Foi assim o testemunho contra Cristo que os Judeus proferiram perante Pilatos. Por terem declarado que o ouviram dizer que em três dias reconstituiria o Templo de Jerusalém se eles o destruíssem, ditaram a sua condenação à morte. Certamente que o seu testemunho teve por base o que escutaram. A falsidade, porém, não está no que ouviram dizer, mas na alteração do seu sentido. Eles reproduziram as palavras que tinham sido proferidas, sem lhes mudar, acrescentar ou diminuir nada, só que as utilizaram com um significado diferente do que elas tinham quando foram proferidas, o que tornou falso o seu testemunho. Por isso o pregador interroga os seus ouvintes: «Cuidais que para mentir, e para dizer testemunhos falsos, é necessário mudar, diminuir, ou acrescentar as palavras que ouvistes? Não é necessário nada disto: basta mudar-lhe o sentido, ou a intenção, ainda que a não entendais; porque haveis supor que a podem ter; e mais quando as pessoas são tais (como era a de Cristo) que podem falar com mistério. Quantas vezes se dizem as palavras sinceramente com uma tenção muito sã, e vós as interpretaís, e corrompeis de maneira, que de um louvor fazeis um agravo, de uma confiança uma injúria, de uma galanteria uma blasfêmia, e de uma graça levantai uma tal labareda, que se originaram dela muitas desgraças? E se isto sucede quando os homens dizem o que ouviram, e só o que ouviram; que será quando dizem o que imaginaram, e o que sonharam, ou o que ninguém imaginou, nem sonhou?»

Não só não podemos confiar no que se ouve, mas também no que se vê poderemos encontrar fonte de perturbação. O sol e as águas, «as duas coisas mais claras que há no mundo», provocam nos nossos olhos ilusões muito enganadoras, como aquela que o *Segundo Livro dos Reis* relata duma população que se tornou vítima do seu engano, ao tomar erradamente as águas do rio, com os reflexos do sol que acabava de nascer, como se fosse um rio de sangue. A aparência de sangue que a água tomara fê-los crer na derrota dos seus inimigos, e ao avançarem para recolher os despojos, acabaram por sucumbir à força do seu poder¹⁸. Se os nossos olhos se podem enganar em

¹⁸ Cf. 2 Reis, 3, 22-25.

plena luz do dia, com «as coisas mais claras que há no mundo», como se não enganarão os olhos da consciência, ao cair do dia, antes de adormecer, ao passar em revista os actos da nossa vida. Com efeito, pergunta Vieira, «se os olhos se enganam nas coisas mais claras; como se não enganarão nas mais escuras, e às escuras? De dia engana-vos o sol, e de noite quereis-vos desenganar com as trevas»? O nosso olhar transporta sempre consigo um certo nevoeiro formado pelas desconfianças, ódios, invejas, vinganças e demais paixões. Sendo a vista tão clara, não deixa de ser como a água cristalina de uma nuvem escura que anuncia a tormenta. Por mais que a nossa vida e a nossa honra nos pareçam claras e puras, sempre encontramos nela manchas escuras e tenebrosas. Ignorar o lado escuro da vida é uma grande cegueira que desfigura a realidade.

Mas a maior de todas as cegueiras reside na incapacidade que todos manifestam de reconhecer os seus próprios pecados de faltar à verdade, difamando os outros com falsos testemunhos. A experiência de confessor permite a Vieira exemplificar com a ligeireza de homens e mulheres que se acusam em confissão de terem desejado a morte e o mal a alguém de quem haviam sido vítimas de falsos testemunhos. No entanto, todos se recusam a reconhecer terem alguma vez na vida caluniado ou destruído a honra de alguém. Assim, se, por um lado, todos se manifestam vítimas de falsos testemunhos, por outro lado, ninguém se acusa, alguma vez sequer, de os ter levantado a terceiros. Levantam-se a si mesmos, ao que parece, os falsos testemunhos, sem que os pecados que se cometem tenham sido obra de alguém: «temos aqui os pecados, mas não temos os pecadores: temos os falsos testemunhos, mas não temos as falsas testemunhas».

A necessidade de descodificar o discurso sagrado, as suas declarações, metáforas e parábolas, encontra-se no centro das preocupações do jesuíta, que tem consciência das deformações que as instâncias sensoriais infligem na captação do seu significado, e da deturpação que uma mente mal formada inevitavelmente provoca. O autor tem certamente presente o aforismo escolástico que lembra os constrangimentos que as estruturas formais impõem aos dados que apreendem. Todavia, esta perspectiva sublinha preferentemente a necessidade de neutralizar as intencionalidades ditas por tendências, inclinações e todas as predisposições inquinadas pelo pecado e pactuantes com os projectos demoníacos. Elas fazem-nos ver as coisas com os olhos da desconfiança, do ódio, da inveja, da vingança e de todas as paixões que desvirtuam o desejo de perfeição de cada um. A errância que o afastamento do caminho da verdade provoca traça um percurso de mentira e maledicência, em que, lastima Vieira, «mentem

as línguas, porque mentem as imaginações; mentem as línguas, porque mentem os ouvidos; mentem as línguas, porque mentem os olhos; e mentem as línguas, porque tudo mente, e todos mentem».

*
* *

A orientação moral que a abordagem do tema da verdade assume na pregação vieirina responde a uma preocupação que o missionário jesuíta não deixou de sublinhar na nota ao «Leitor» que escreveu para a abertura da edição dos seus Sermões. Nela põe em evidência o denominador comum dos textos que reúne em 15 volumes, tal «como foram pregados acaso, e sem ordem»¹⁹, nas muitas voltas que deu pelo mundo. Apesar de terem sido *recitados* nas mais diversas ocasiões e versarem os temas mais variados, a sua unidade encontra-se no fundo moral que os caracteriza tanto «quanto a matéria o permitia (e mais do que em tais casos se costuma)»²⁰. Todos eles cumprem o propósito de mobilizar os ouvintes para as exigências de um estilo de vida inspirado pelos projectos do coração, que se tornou permeável aos apelos da verdade que o ensino das Escrituras dá a conhecer. O seu intuito é a formação do homem na linha duma perfeição que se deseja sempre mais exigente. Pelo que o carácter doutrinário da pregação cumpre a missão profética de orientar as consciências e, através delas, os comportamentos e a sociedade para os apelos da Verdade. Incumbe ao ministério da pregação dissipar a obscuridade do mistério e decifrar os enigmas que ofuscam as narrativas sagradas e os acontecimentos da história. A perspectiva do autor move-se por isso num fundo dogmático, que tem como referência inquestionável a Escritura — «que é só a que diz tudo»²¹ — e como fim, sempre presente, conduzir os ouvintes para a sua admiração incondicional.

A mundividência do Barroco, que foi particularmente sensível em explorar a mediação da subjectividade na leitura e interpretação da experiência, parece, neste particular, não ter envolvido o nosso pregador, em pouca consonância com as perspectivas tão decisivas que o tema da verdade conheceu na época. As interferências da subjectividade, que Vieira claramente considera, pelo menos nos sermões de que nos ocupámos, não assu-

¹⁹ *Sermões, direcção, fixação do texto e aparato crítico de Arnaldo do Espírito Santo*, Lisboa, Centro de Estudos de Filosofia e Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2008, v. I, p. 7.

²⁰ *Ibidem*.

²¹ «Sermão ao Enterro dos Ossos dos Enforcados», p. 103.

mem os contornos que a filosofia crítica valorizou a partir de Descartes, que fazia depender a visão do mundo das reconstruções que a razão poderia conceber na clarividência dos planos que traçava, apoiada apenas nas suas próprias forças. As preocupações de Vieira prendem-se com a dimensão axiológica da razão: a sua conformidade com os princípios e regras de conduta. Vieira tem consciência de que o funcionamento da razão recta, instrumento fundamental da acção moral, se não poderá aferir a partir duma ordem normativa exterior. Pelo contrário, como era corrente no pensamento escolástico, dependerá antes da sintonia dos juízos que pronuncia com as exigências específicas da natureza humana. Estas trazem em si as dinâmicas da vontade e da liberdade, cujas raízes se alimentam do subsolo espiritual da própria razão, onde o objecto que convém à natureza humana se encontra intencionalmente presente. Desta forma, as suas inclinações ou desejos, porque resultam duma vontade livre, não poderão conhecer uma especificação diferente da que provém do intelecto ou da razão que os concebe. Distinguem-se, por isso, do apetite natural e animal e são a expressão dos princípios da lei natural, que visam a plena realização do homem, isto é, o que convém à sua natureza espiritual. Será pois missão primordial do pregador instruir a razão com a lei divina, que a fé ensina ser ditada pelo autor de toda a criação, de forma a orientar as consciências para o fim natural para que tende toda a acção humana. O seu principal propósito será assim de ordem prática, ou seja, situa-se ao nível da acção, no intuito de dar cumprimento à missão profética de imprimir nos corações os apelos da Verdade que os orienta para o Bem.